

CAPÍTULO 15

Ambiente alimentar no transporte público: uma análise sob a perspectiva de idiosincrasias políticas, socioculturais e econômicas

Patrícia Mello Silva¹
André Felipe Simões²

RESUMO

A alimentação vai além do fator biológico, englobando também questões socioeconômicas, políticas e ambientais. Embora deva proporcionar saúde, bem-estar e qualidade de vida, esses aspectos fundamentais são frequentemente negligenciados pelo Estado e por toda a estrutura política e econômica do atual Sistema Alimentar. Como parte desse sistema, o ambiente alimentar exerce influência e contribui para as escolhas alimentares, especialmente quando esses ambientes são compostos por varejistas de alimentos ultraprocessados. Destarte, o estudo de ambientes ali-

-
- 1 A autora agradece à Capes pelo apoio financeiro.
 - 2 O autor agradece à Capes e ao CNPq pelo apoio financeiro, respectivamente, no contexto de Bolsa de Professor Visitante no Exterior (usufruída durante a feitura deste trabalho) e de Bolsa de Produtividade PQ2.

mentares caracterizados pela composição de ultraprocessados e varejistas, como é o caso do sistema de transporte público sobre trilhos de São Paulo, objeto de análise deste trabalho, torna-se cada vez mais relevante, uma vez que esse tipo de ambiente exerce influência sobre as escolhas alimentares e o estado nutricional das pessoas. Nesse contexto, por meio de uma revisão narrativa da literatura, o objetivo deste estudo foi investigar em que medida o ambiente alimentar urbano inerente ao citado objeto interfere e/ou determina o que podemos, enquanto cidadãos, efetivamente acessar. Observou-se que há interesses corporativos no sentido de limitar as ações governamentais em prol de um sistema mais saudável e que, concomitantemente, atenda às necessidades de saúde pública. Conclui-se como de extrema relevância o reconhecimento e a adoção de medidas regulatórias por parte do Estado, particularmente no sentido de proteger e promover a saúde da população; e, concomitantemente, abordando adequadamente todas as doenças crônicas não transmissíveis associadas à má alimentação.

Palavras-chave: ambiente alimentar; alimentos ultraprocessados; transporte público sobre trilhos de São Paulo; externalidades socioeconômicas.

FOOD ENVIRONMENT IN PUBLIC TRANSPORT: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF POLITICAL, SOCIOCULTURAL AND ECONOMIC IDIOSYNCRASIES

ABSTRACT

Food goes beyond the biological factor, encompassing socioeconomic, political, and environmental issues. While it should provide health, well-being, and quality of life, the State should address this fundamental aspect and the entire political and economic structure of the current Food System. As part of this system, the food environment influences and contributes to food choices, particularly when these environments consist of retailers of ultra-processed foods. Thus, the study of food environments characterized by the composition of ultra-processed products and retailers, as is the case of the rail-based public transport system in São Paulo, the subject of analysis in this study, becomes increasingly relevant, as this type of environment influences people's food choices and nutritional status. In this context, through a comprehensive narrative literature review, this study aimed to investigate to what extent the urban food environment inherent to the mentioned object interferes with and determines what we, as citizens, can effectively access. It was observed that there are corporate interests in limiting government actions in favor of a healthier system that simultaneously meets public health needs. It was concluded that the State's recognition and adoption of regulatory measures

are critical, especially in protecting and promoting the population's health and, concomitantly, adequately addressing all non-communicable chronic diseases associated with an inadequate diet.

Keywords: food environment; ultra-processed foods; public transport on rails in São Paulo; socioeconomic externalities.

15.1 INTRODUÇÃO

Na transição diária das cidades, emerge um questionamento singular, todavia intrincado, independentemente do horário, do lugar e da condição social: “O que comer?”. A partir desse questionamento (Nestle, 2018; Pollan, 2006), surgiram diversos outros, os quais estão interligados com as infinitas possibilidades de escolhas e que, por vezes, exigem um respaldo profissional e/ou modelos de dietas para nos direcionar (Pollan, 2006).

A alimentação é, sem dúvida, um aspecto biológico (obtenção de nutrientes) fundamental para a sobrevivência e o funcionamento adequado do corpo humano. Para além disso, a construção das dietas alimentares está relacionada a diversos fatores, como a cultura, o meio ambiente, as relações de poder, a geopolítica, a sustentabilidade, o afeto, o prazer e a tradição. As escolhas alimentares estão relacionadas com problemas desafiadores da nossa sociedade, como: pobreza, desigualdade social, racismo, degradação ambiental ou a intensificação das mudanças climáticas; e tudo isso está relacionado à saúde humana coletiva (Nestle, 2018; Ziegler, 2013).

As transformações no sistema alimentar, durante a década de 1990, influenciadas pela globalização e pela financeirização da economia, aceleraram o processo de oligopólio do sistema alimentar global (Wilkinson, 2022). Os novos produtos lançados pelas indústrias, os ultraprocessados, gerados por meio de alterações nutricionais, trouxeram preocupações em relação ao impacto nas dietas alimentares, abrindo, assim, espaço para questionamentos sobre a maneira com a qual estávamos produzindo alimentos e qual era o efeito desses processos sobre a saúde, a justiça, o meio ambiente e sobre as tradições alimentares (Monteiro *et al.*, 2018; Moubarac *et al.*, 2014; Patel, 2012; Wilkinson, 2022).

A popularização dos ultraprocessados tem relação direta com o estilo de vida das populações, sobretudo nas metrópoles, mas também possui relação com os valores de custo tanto de fabricação quanto com os valores de venda dos alimentos ultraprocessados. A abundância de alimentos nos supermercados e nos espaços alimentares urbanos é uma consequência da globalização e da intensificação comercial, que promovem a disseminação de padrões alimentares homogeneizados pelas grandes cadeias multinacionais (McMichael, 2016; Nestle, 2018; Niederle; Wesz Junior, 2018; Scrinis, 2021). Associados a esse contexto, ressalta-se que a escassez de tempo e a demanda crescente por refeições fora de casa resultaram em uma oportunidade para o surgimento e o consumo de alimentos “prontos pro consumo” e acessíveis tanto em termos físicos quanto financeiros (Carneiro, 2005; Pollan, 2006).

A partir do exemplo de como esses múltiplos fatores se manifestam, nos resultados do estudo de Canella *et al.* (2015) – que discorre sobre o número crescente de indivíduos que realizam as refeições fora de suas casas com a distribuição de restaurantes,

bares e lanchonetes no município de São Paulo – pode-se inferir sobre o consumo de alimentos ultraprocessados em zonas mais densas de transporte público e com maior circulação de pessoas. No presente estudo, observações livres in loco também foram adotadas, o que permitiu maior profundidade analítica. Assim, foi possível perceber como os ambientes, somados às redes humanas, afetam o consumo [aumento] de alimentos de alto teor energético.

Já no estudo conduzido por Franco *et al.* (2021), foi identificado que, nas estações do metrô de São Paulo, o ambiente alimentar é caracterizado pela disponibilidade e acessibilidade financeira a alimentos ultraprocessados. Tal situação pode ter um efeito adverso sobre os padrões alimentares cotidianos de um número substancial de indivíduos que utilizam o meio de transporte. A disponibilidade abundante de alimentos ultraprocessados, oferecidos a preços acessíveis, dentro de ambientes fechados com um fluxo contínuo de pessoas, pode se converter em um obstáculo para se tomarem decisões alimentares saudáveis, resultando em uma ameaça significativa tanto à promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN) (Franco *et al.*, 2021) quanto à soberania alimentar.

Diversos estudos internacionais, incluindo pesquisas de Burgoine e Monsivais, (2013), Finlay *et al.* (2022), Franco *et al.* (2021), Glanz *et al.* (2007), Robertson *et al.* (2022), Sainsbury, Colagiuri e Magnusson (2017), têm enfatizado a influência da publicidade em ambientes de transporte público. Os resultados indicam que anúncios nas paradas e ao longo de rotas diárias estão associados a um aumento da exposição a alimentos não saudáveis. Essas publicidades também estimulam decisões impulsivas de compra, normalizam escolhas alimentares não saudáveis, moldam percepções e atitudes em relação à comida e, conseqüentemente, dificultam a escolha de alimentos saudáveis (Kelly *et al.*, 2012; Lucan *et al.*, 2017; Moore *et al.*, 2013; Settle; Cameron; Thornton, 2014). Destarte, a promoção da saúde e a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis estão intrinsecamente relacionadas ao acesso a alimentos saudáveis, frescos e nutritivos. No entanto, em ambientes urbanos, especialmente em áreas de alta circulação de pessoas, como as proximidades de sistemas de transporte público, predominam alimentos ultraprocessados em detrimento das opções saudáveis (Canella *et al.*, 2015; Franco *et al.*, 2021). Portanto, a análise do ambiente alimentar urbano, especialmente em zonas de transição, e suas complexas interações com a saúde coletiva, é crucial para desenvolver estratégias eficazes que promovam hábitos alimentares saudáveis e melhorem a qualidade de vida nas áreas urbanas.

A expectativa é que, até 2050, cerca de 70% da população estará vivendo em áreas urbanas, tornando as cidades ambientes dinâmicos e complexos, onde as conexões entre saúde, determinantes sociais e meio ambiente se tornam cada vez mais evidentes (Rydin *et al.*, 2012). Essa tendência oferece uma oportunidade única para se

compreenderem as interações entre esses fatores e se implementarem soluções por meio de abordagens intersetoriais, que envolvem diversos setores governamentais, organizações da sociedade civil e a comunidade local. Tais abordagens têm mostrado eficácia na promoção da saúde nas áreas urbanas (Ramirez-Rubio *et al.*, 2019). E, para isso, requer a implementação de políticas públicas apropriadas, conscientização sobre a importância das escolhas alimentares e a criação de ambientes que facilitem o acesso a alimentos saudáveis. É relevante assegurar que a oferta de alimentos em ambientes de transição, como os sistemas de transporte público, seja diversificada e inclua opções saudáveis, a fim de encorajar a adoção de uma dieta equilibrada (Franco *et al.*, 2021).

Desse modo, o objetivo desta pesquisa é aprofundar a discussão acerca da venda de produtos alimentícios em espaços públicos, especialmente no ambiente alimentar do transporte público sobre trilhos da cidade de São Paulo, enfatizando implicações do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde coletiva.

15.1.1 Ambiente alimentar

Os sistemas alimentares se referem ao processo de produção de produtos agrícolas alimentares e não alimentares, e às atividades que estão interligadas, desde a produção primária até a obtenção e consumo do produto final pelo indivíduo (Campanhola; Pandey, 2019; FAO, 2021). Dentro desse contexto, o ambiente alimentar desempenha um papel crucial na determinação do acesso aos alimentos e, conseqüentemente, na qualidade da alimentação (Caspi *et al.*, 2012; HLPE, 2017).

O ambiente alimentar se refere aos contextos físico, econômico, político e socio-cultural em que os consumidores interagem com os sistemas alimentares, desde a aquisição até o consumo dos alimentos (HLPE, 2014). O contexto físico abrange a disponibilidade, a qualidade e as promoções dos alimentos. O contexto econômico diz respeito aos custos envolvidos. O contexto político engloba as políticas governamentais e da indústria alimentícia. E o contexto sociocultural está relacionado às normas e aos comportamentos sociais em relação à alimentação. Todos esses contextos influenciam as escolhas alimentares e o estado nutricional, junto com as oportunidades e condições individuais ou grupais de cada pessoa (Swinburn; Egger, 2002). A obesogenicidade do ambiente foi definida como a soma das influências que as circunstâncias, oportunidades ou condições de vida têm sobre a promoção da obesidade em indivíduos ou populações (Swinburn; Egger, 2002). Todos esses fatores podem influenciar o comportamento alimentar das pessoas de maneiras diferentes e complexas.

A influência do ambiente alimentar na saúde e no bem-estar das pessoas tem sido objeto de estudos, com destaque para as interações entre as redes sociais e as regiões

socioeconômicas desfavorecidas (Cummins *et al.*, 2010; Duran *et al.*, 2013; Franco *et al.*, 2009; Jaime *et al.*, 2011; Latham; Moffat, 2007; Moore; Diez Roux, 2006). Outras pesquisas exploram a proximidade, a quantidade e os tipos de estabelecimentos comerciais em áreas residenciais, revelando que a disponibilidade de alimentos saudáveis e a facilidade de acesso a eles estão relacionadas a níveis mais baixos de obesidade (D'Angelo *et al.*, 2011; Gittelsohn *et al.*, 2013; Glanz *et al.*, 2007; Holsten, 2009; Rose; Richards, 2004; Rundle *et al.*, 2009).

Esses resultados, junto com outros estudos, destacam a importância de se considerarem o ambiente alimentar e as redes sociais ao se proporem e implementarem intervenções, como políticas públicas voltadas para uma alimentação saudável, que garantam a eficácia e a aplicabilidade dos recursos utilizados nas intervenções. Concentrar esforços nessas áreas pode ter um impacto relevante na promoção de escolhas alimentares adequadas para a população, especialmente quando a autonomia das escolhas é prejudicada pela escassez de diversidade entre opções saudáveis e não saudáveis (Canella *et al.*, 2015; Franco *et al.*, 2021; Vradis; Bartholl; Filippidis, 2021).

15.2 METODOLOGIA

O presente estudo empregou uma abordagem de revisão narrativa para investigar as inter-relações entre o ambiente alimentar e o consumo de alimentos ultraprocessados no sistema de transporte público sobre trilhos da cidade de São Paulo. A revisão narrativa é uma modalidade de revisão bibliográfica cujo propósito é analisar e sintetizar a literatura existente sobre um tema específico de maneira descritiva e interpretativa. Diferentemente das revisões sistemáticas ou meta-análises, que adotam abordagens sistemáticas e quantitativas, a revisão narrativa se concentra em identificar, avaliar e resumir os principais estudos e argumentos relacionados ao tópico de interesse. Ao contrário das revisões sistemáticas, que seguem protocolos rigorosos para busca e seleção de estudos, a revisão narrativa normalmente apresenta maior flexibilidade em relação aos critérios de inclusão e exclusão, e à análise dos resultados. Isso permite uma abordagem mais interpretativa, na qual os pesquisadores podem explorar diversas perspectivas, teorias e modelos para compreender a complexidade do tema em questão (Rother, 2007).

A etapa inicial compreendeu a definição de termos-chave pertinentes, como “ambiente alimentar” e “transporte público”, para conduzir a busca em bases de dados acadêmicas, incluindo PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde, Scopus e Scielo, entre outras relevantes. Os termos “saúde pública”, “soberania alimentar”, “saúde coletiva”, “alimentos ultraprocessados”, “segurança alimentar”, “consumo alimentar” e “políticas públicas” também foram empregados para refinar as buscas. Após a triagem dos títulos e resumos, foram selecionados 58 estudos dos 250 inicialmente

encontrados para uma revisão completa. A análise narrativa dos estudos permitiu identificar padrões e insights sobre a influência do ambiente alimentar nas escolhas alimentares. A seleção criteriosa dos estudos considerou a relevância das publicações para a relação estudada, priorizando estudos que exploraram a interação entre ambiente alimentar e consumo de alimentos, especialmente em contextos urbanos, bem como políticas públicas relacionadas ao acesso a alimentos saudáveis. A revisão narrativa proporcionou uma análise interpretativa da literatura existente, permitindo a exploração de teorias, modelos analíticos e perspectivas diversas para compreender a complexa dinâmica entre o ambiente alimentar e os hábitos alimentares no cenário do transporte público sobre trilhos em São Paulo.

15.3 RESULTADOS

A relevância da análise dos ambientes alimentares presentes nas estações de transporte público sobre trilhos é devida à sua capacidade de exercer influências substanciais nos hábitos alimentares diários dos indivíduos, principalmente ao ter um número considerável – cerca de 155 unidades³ de comércios de alimentos no interior das estações do metrô e 22 unidades⁴ nas estações da CPTM, como quiosques, lanchonetes, lojas e *vending machines* (Figura 15.1). Esse ambiente faz parte, assim como as residências, as áreas de lazer, os parques e a iluminação, dos ambientes construídos nas cidades, os quais podem influenciar de forma significativa, de modo que a alimentação seja mais ou menos saudável e adequada (Claro *et al.*, 2007; Diez Roux; Mair, 2010; Jaime; Monteiro, 2005; Morland *et al.*, 2002).

3 De acordo com o metrô de São Paulo, atualmente existem 155 unidades de comércio distribuídos entre as linhas: 1 (Azul); 2 (Verde); 3 (Vermelha); e 15 (Prata). Essas informações foram coletadas por meio do pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de número 650372313240.

4 A CPTM informou, por meio do pedido 470142312808, que existem 22 estabelecimentos alimentares nas estações.



Figura 15.1 Comércios existentes no transporte público sobre trilhos da cidade de São Paulo.

Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Essa influência pode ser percebida por meio dos cinco fatores descritos por Caspi *et al.* (2012): disponibilidade (abastecimento de alimentos); acessibilidade (localização dos estabelecimentos e meios para chegar até eles); acessibilidade financeira (preços dos alimentos e percepção dos indivíduos); aceitabilidade (atitudes dos indivíduos em relação aos atributos do ambiente alimentar local e se o abastecimento de alimentos está ou não atingindo os padrões aceitáveis por esses indivíduos); e acomodação (o quanto as necessidades dos indivíduos estão sendo cumpridas pelos estabelecimentos de alimentos locais) e pelo alto potencial de impacto que os estabelecimentos físicos exercem sobre as escolhas alimentares e na saúde dos indivíduos (Borges; Cabral-Miranda; Jaime, 2018).

No que tange aos estabelecimentos físicos, até o término deste trabalho (mês de fevereiro de 2024), foi possível verificar, também com base no estudo de Franco *et al.* (2021), que os alimentos de conveniência (biscoitos doces e salgados com ou sem recheio, salgadinhos, chocolates, bebidas açucaradas), estavam disponíveis em 100% dos 66 estabelecimentos distribuídos em 19 estações de metrô de São Paulo. Essa presença se estendia não apenas às bombonieres, mas também abrangia todas as *vending machines*, lanchonetes e cafeterias. Portanto, esse tipo de produto estava presente em todos os pontos comerciais de alimentos examinados. Na maioria das situações (75,6%), esses alimentos eram dispostos próximos aos pontos de pagamento. De acordo com essa mesma pesquisa, mais de 80% dos estabelecimentos comercializavam pelo menos um tipo de alimento não saudável, e mais de 50% vendiam bebidas ultraprocessadas. Opções saudáveis incluíam frutas, presentes em 10% das lanchonetes e 4,8% das *vending machines*, e hortaliças, disponíveis apenas como parte de preparações, como sanduíches, em 50% das lanchonetes. Bebidas saudáveis incluíam água mineral, presente em 100% das cafeterias, 85,7% das *vending machines*, 80% das lanchonetes e 40,6% das bombonieres, e suco natural da fruta,

encontrado em 20% das lanchonetes. Itens não saudáveis incluíam sanduíches, presentes em 70% das lanchonetes, 66,7% das cafeterias e 9,5% das *vending machines*; salgados fritos e assados, disponíveis em 100% das cafeterias e 90% das lanchonetes; e refrescos adoçados em bombonas, encontrados em 100% das cafeterias e 60% das lanchonetes (Franco *et al.*, 2021).

Além da influência dos estabelecimentos físicos, é preciso levar em consideração as publicidades que existem nesses lugares, seja por meio de banners, outdoors, painéis eletrônicos, ao longo do caminho ou nos próprios estabelecimentos. Ortigoza (2001, p. 20), destaca que anúncios visuais integram uma estratégia do “mundo da mercadoria”, criando espaços modernos e ágeis para atender à falta de tempo nas cidades. As propagandas habilmente instigam necessidades e comportamentos, resultando em uma população “viciados em marcas, especialmente de comidas, bebidas, vestuário etc., produtos da cultura material elevados à condição de veículos de valores abstratos ou de compulsões introjetadas como parte de uma indução deliberada do vício alimentar” (Carneiro, 2005, p. 74-75). Essas táticas midiáticas são componentes de uma engrenagem produtiva que obscurece o real significado de alimento e alimentação, promovendo produtos da moda com metas de marketing frequentemente em desacordo com a saúde pública (Nestle, 2018).

A organização dos ambientes alimentares está diretamente relacionada aos grupos de interesses. Estudos recentes (Caivano *et al.*, 2017; Mariath; Martins, 2020, p. 07) demonstram que a indústria de alimentos ultraprocessados pertence a um grupo de interesse que possui grande poder econômico e político, agindo com o objetivo de “moldar as políticas públicas de alimentação e nutrição a seu favor”. Essa capacidade de reorganização do sistema público está ligada à alta disponibilidade de recursos e à organização estratégica da política corporativa (Gomes, 2015; Mariath; Martins, 2020; Stuckler; Nestle, 2012).

Mariath e Martins (2020) indicam que o setor utiliza várias estratégias, como informações positivas, incentivos financeiros a políticos, moldagem de opinião pública, enfraquecimento de críticos e processos judiciais, visando a proteger interesses e influenciar ações políticas a seu favor. Essas empresas exercem uma notável influência nas atitudes, percepções e preferências individuais. Decisões que impactam a saúde são moldadas por influências pragmáticas, valores pessoais e hierarquias complexas. A pesquisa de Bhawra *et al.* (2015) revela as dificuldades de se adotar uma alimentação saudável alinhada à cultura, dadas as barreiras como inacessibilidade a alimentos saudáveis, complexidades da baixa renda, dependência do transporte público e limitações na obtenção de alimentos frescos.

Assim, é necessário ampliar o estudo relacionando ao ambiente alimentar das estações do transporte público da cidade de São Paulo, uma vez que elas também

fazem parte das engrenagens do sistema alimentar (Nestle, 2018). O número crescente desses comércios dentro das estações do transporte público é também significativo devido à praticidade (pronto para o consumo) em um ambiente dinâmico, porém, eles geram impactos negativos à saúde ao serem frequentados com regularidade, além de limitarem a autonomia das escolhas alimentares por meio da falta de diversidade entre alimentos saudáveis e não saudáveis (Franco *et al.*, 2021; Vradis; Bartholl; Filippidis, 2021).

A autonomia das escolhas alimentares e a soberania de uma população estão ligadas à capacidade de se produzirem alimentos de acordo com sua cultura e seu estilo de vida em cada território. Harvey (2008) defende a importância de uma luta coletiva por uma cidade mais inclusiva e justa, na qual a mobilização social e a formação de movimentos urbanos desempenhem um papel fundamental na reivindicação do direito à cidade. Isso implica a participação ativa dos cidadãos nas decisões urbanas, na democratização do planejamento urbano e na promoção de políticas que priorizem o bem-estar coletivo em vez do lucro privado. Segundo Harvey, (2008), Claro *et al.* (2007) e Vradis, Bartholl e Filippidis (2021), o desenho urbano, incluindo os ambientes alimentares, é afetado por mecanismos de governança, como ações políticas e incentivos econômicos. Essas ações, combinadas com fatores macro e microsociais, contribuem para a desigualdade urbana.

Sob a égide de tais considerações, é necessário estudar as relações entre Estado e as corporações que controlam o sistema alimentar e, sobretudo, como o acesso a alimentos nas cidades, por meio dos ambientes alimentares, interferem e/ou determinam o que podemos, enquanto cidadãos, efetivamente acessar (Caivano *et al.*, 2017; Mariath; Martins, 2020; Mialon *et al.*, 2021; Vradis; Bartholl; Filippidis, 2021). No caso, das estações do transporte público, não há controle, exceto sanitário, do que será comercializado. De acordo com as duas instituições que controlam as operações, os espaços destinados ao uso de comércios são autorizados por meio do processo licitatório público ou concessão de uso para a iniciativa privada. A análise e o estudo sobre o que comercializar ficam sob responsabilidade da iniciativa privada.⁵

15.4 DISCUSSÃO

A homogeneização e a mercantilização do alimento pelo atual sistema alimentar têm dificultado as escolhas alimentares e restringido a manifestação cultural dos povos, principalmente no que diz respeito à cultura e ao estilo de vida. Ao analisarmos a situação sob a perspectiva da soberania alimentar, surge a questão de se as escolhas

5 Dados colhidos pelo SIC por meio dos protocolos 58091238689, 56622238681, 58229238692 e 57311238684.

nesses ambientes – como o transporte público sobre trilhos em São Paulo – são meramente determinadas pelas preferências individuais ou se há uma engrenagem no sistema alimentar que influencia o consumo de certos produtos. Na verdade, este capítulo sugere que o cerne da questão reside no entendimento de quão eficiente é essa engrenagem. É necessário estudar como os comércios alimentícios se apropriam dos espaços públicos, uma vez que a ocupação da cidade também ocorre por meio do direito de nos alimentarmos com dignidade, respeito, segurança e de forma nutricional adequada.

Quando falamos de alimentos e, de forma mais abrangente, de alimentação, também estamos nos referindo à vida e a todas as condições necessárias para que os indivíduos vivam de maneira saudável e livre. O sistema alimentar atual e a indústria alimentícia têm se mostrado cada vez mais frágeis e ineficientes para a grande maioria da população mundial. Mesmo diante de avanços tecnológicos significativos, eles priorizam o lucro em curto prazo, resultando em fome, desnutrição e obesidade, devido à produção, distribuição e comercialização de alimentos com baixo valor nutricional. Concordamos com Castro (2008) e Ziegler (2013), os quais apontam que a insegurança alimentar possui raízes políticas e econômicas, baseadas em um sistema excludente, especialmente nos países do Sul Global. “A fome é um produto dos homens e pode ser vencida pelos homens”, e somente eles serão capazes de reorganizar todo o sistema econômico e social, adotando ações concretas e coletivas para garantir o direito de acesso a uma alimentação adequada e saudável em todas as camadas sociais (Ziegler 2013, p. 28).

A produção de alimentos pelos oligopólios, envolvendo sua produção, processamento, distribuição e comercialização, resulta na transformação dos alimentos em meras mercadorias, desprovidas de cultura, história e da participação humana como parte integrante da natureza. Sem essas dimensões essenciais, os alimentos se tornam apenas um instrumento de busca pelo lucro no mercado, distante dos princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, portanto, incapazes de promover a soberania popular.

A atuação da indústria alimentícia exerce uma influência significativa nas políticas públicas em todo o mundo. Essa indústria faz parte do poder financeiro em larga escala, detendo um elevado poder econômico, político e, em alguns casos, geopolítico. Nesse contexto, a indústria alimentícia molda, em certa medida, as políticas relacionadas à alimentação e à nutrição de acordo com seus próprios interesses, visando a maximizar seus lucros no menor tempo possível. Isso, evidentemente, vai contra a qualquer estratégia ou ação voltada para a minimização dos impactos socioambientais negativos.

Por esses motivos, demandam-se o reconhecimento e a adoção de medidas regulatórias por parte do Estado, particularmente no sentido de proteger e promover a saúde da população; e, concomitantemente, abordando adequadamente as questões da *Sindemia Global*⁶ e todas as doenças crônicas não transmissíveis associadas à má alimentação. Fica claro que o poder dessas empresas, como um grupo de interesse, influencia amplamente nas decisões governamentais e afeta a saúde pública como um todo. Destarte, a *Sindemia Global* é agravada não apenas pelo aumento de todas as doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à alimentação, mas também devido à forte e indissociável relação com os ambientes alimentares e pela maneira pela qual as populações se relacionam com esses ambientes, dentre eles, o ambiente alimentar de transição.

A presente pesquisa desempenhou o objetivo de aprofundar a discussão acerca da venda de produtos alimentícios em espaços públicos, com enfoque específico no contexto do transporte público sobre trilhos da cidade de São Paulo, enfatizando implicações do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde coletiva. Outrossim, buscou-se explorar de que maneira as políticas públicas podem desempenhar um papel na promoção de hábitos alimentares mais saudáveis para a população que utiliza esses espaços, especialmente considerando-se a realidade das grandes cidades. Nesse contexto, a análise do ambiente alimentar no sistema de transporte público sobre trilhos de São Paulo revelou que o uso desses espaços como meio de incentivo ao consumo de alimentos ultraprocessados ocorre de diversas maneiras. Isso engloba a presença significativa de estabelecimentos de venda de alimentos, bem como estratégias agressivas de marketing que frequentemente induzem ao consumo. Além disso, a facilidade de acesso a esses produtos, mesmo que não saudáveis, desempenha um papel relevante. À medida que consideramos todas essas variáveis, torna-se evidente a influência da indústria de alimentos ultraprocessados, que muitas vezes contribui para a intensificação do conflito entre a soberania alimentar e o aumento do consumo desses alimentos.

Diante dessas considerações, surge a indagação sobre como as cidades podem estruturar ambientes construídos que promovam o bem-estar e incentivem escolhas alimentares saudáveis nos espaços públicos e de transição, como é o caso do transporte público sobre trilhos. E, da mesma maneira, surge a pergunta sobre se as políticas públicas podem contribuir por meio da regulação da oferta de alimentos nesses espaços, da promoção de informações nutricionais claras e da implementação de campanhas educativas que abordem os riscos associados ao consumo excessivo de

6 *Sindemia Global* é o conjunto das pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas decorrentes do sistema alimentar e dos fatores sociais.

alimentos ultraprocessados. Em última análise, este estudo buscou contribuir para a compreensão das complexas interações entre o ambiente alimentar, as políticas públicas e a saúde coletiva, especialmente em ambientes urbanos.

REFERÊNCIAS

- BHAWRA, J. *et al.* Community perspectives on food insecurity and obesity: focus groups with caregivers of métis and off-reserve first nations children. *International Journal for Equity in Health*, v. 14, n. 1, p. 96, dez. 2015.
- BORGES, C.; CABRAL-MIRANDA, W.; JAIME, P. C. Urban food sources and the challenges of food availability according to the Brazilian dietary guidelines recommendations. *Sustainability*, v. 10, n. 12, p. 4643, dez. 2018.
- BURGOINE, T.; MONSIVAIS, P. Characterising food environment exposure at home, at work, and along commuting journeys using data on adults in the UK. *The International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, v. 10, p. 85, 27 jun. 2013.
- CAIVANO, S. *et al.* Conflitos de interesses nas estratégias da indústria alimentícia para aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e os efeitos sobre a saúde da população brasileira. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, n. 2, p. 349-60, maio 2017.
- CAMPANHOLA, C.; PANDEY, S. *Sustainable food and agriculture*. Roma: Elsevier, 2019. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/C20160012123>. Acesso em: 16 maio 2023.
- CANELLA, D. S. *et al.* Does the circulation of people influence the availability of restaurants, bars and snack bars? Findings from the city of São Paulo. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 10, n. 1, p. 109-18, 24 abr. 2015.
- CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História: Questões & Debates*, v. 42, n. 1, p. 71-80, jun. 2005.
- CASPI, C. *et al.* The local food environment and diet: a systematic review. *Health & Place*, v. 18, n. 5, p. 1172-87, set. 2012.
- CASTRO, J. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHONCHOL, J. A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 55, p. 33-48, 1 dez. 2005.
- CLARO, R. M. *et al.* Renda, preço dos alimentos e participação de frutas e hortaliças na dieta. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, n. 4, p. 557-64, ago. 2007.
- CUMMINS, S. *et al.* Neighbourhood deprivation and the price and availability of fruit and vegetables in Scotland. *Journal of Human Nutrition and Dietetics: The Official Journal of the British Dietetic Association*, v. 23, n. 5, p. 494-501, out. 2010.

- D'ANGELO, H. *et al.* Access to food source and food source use are associated with healthy and unhealthy food-purchasing behaviours among low-income African-American adults in Baltimore City. *Public Health Nutrition*, v. 14, n. 9, p. 1632-39, set. 2011.
- DIEZ ROUX, A. V.; MAIR, C. Neighborhoods and health. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1186, n. 1, p. 125-45, 2010.
- DURAN, A. C. *et al.* Neighborhood socioeconomic characteristics and differences in the availability of healthy food stores and restaurants in Sao Paulo, Brazil. *Health & Place*, v. 23, p. 39-47, 1º set. 2013.
- FAO. *The state of food and agriculture 2021: making agrifood systems more resilient to shocks and stresses*. Roma: FAO, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4476en>. Acesso em: 05 abr. 2023.
- FINLAY, A. H. *et al.* An analysis of food and beverage advertising on bus shelters in a deprived area of Northern England. *Public Health Nutrition*, v. 25, n. 7, p. 1-12, 3 jan. 2022.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *The state of food and agriculture 2021: making agrifood systems more resilient to shocks and stresses*. Roma, 2021. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cb4476en>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- FRANCO, J. V. *et al.* Food environment at subway stations: a study in the municipality of São Paulo, Brazil. *Ciencia & Saude Coletiva*, v. 26, n. 8, p. 3187-98, 2021.
- FRANCO, M. *et al.* Availability of healthy foods and dietary patterns: the Multi-Ethnic Study of Atherosclerosis. *The American Journal of Clinical Nutrition*, v. 89, n. 3, p. 897-904, mar. 2009.
- GITTELSOHN, J. *et al.* A food store-based environmental intervention is associated with reduced bmi and improved psychosocial factors and food-related behaviors on the Navajo Nation. *The Journal of Nutrition*, v. 143, n. 9, p. 1494-1500, set. 2013.
- GLANZ, K. *et al.* Nutrition environment measures survey in stores (NEMS-S): development and evaluation. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 32, n. 4, p. 282-9, abr. 2007.
- GOMES, F. S. Conflitos de interesse em alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 2039-46, out. 2015.
- HARVEY, D. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p. 23-40, 1º out. 2008.
- HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE). *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Roma, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3901e/i3901e.pdf>. Acesso em: 16 maio 2023.
- HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE). *Nutrition and food systems*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World

- Food Security. Roma, 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/I7846E>. Acesso em: 20 maio 2023.
- HOLSTEN, J. E. Obesity and the community food environment: a systematic review. *Public Health Nutrition*, v. 12, n. 3, p. 397-405, mar. 2009.
- JAIME, P. C.; MONTEIRO, C. A. Fruit and vegetable intake by Brazilian adults, 2003. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 21, n. suppl 1, p. S19-S24, 2005.
- JAIME, P. C. *et al.* Investigating environmental determinants of diet, physical activity, and overweight among adults in Sao Paulo, Brazil. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, v. 88, n. 3, p. 567-81, jun. 2011.
- KELLY, B. *et al.* Derailing healthy choices: an audit of vending machines at train stations in NSW. *Health Promotion Journal of Australia: Official Journal of Australian Association of Health Promotion Professionals*, v. 23, n. 1, p. 73-5, abr. 2012.
- LATHAM, J.; MOFFAT, T. Determinants of variation in food cost and availability in two socioeconomically contrasting neighbourhoods of Hamilton, Ontario, Canada. *Health & Place, Part Special Issue: Environmental Justice, Population Health, Critical Theory and GIS*, v. 13, n. 1, p. 273-87, 1º mar. 2007.
- LUCAN, S. C. *et al.* Unhealthful food-and-beverage advertising in subway stations: targeted marketing, vulnerable groups, dietary intake, and poor health. *Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine*, v. 94, n. 2, p. 220-32, abr. 2017.
- MARIATH, A. B.; MARTINS, A. P. B. Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse. *Revista de Saúde Pública*, v. 54, p. 107, 14 dez. 2020.
- McMICHAEL, P. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- MIALON, M. *et al.* A consistent stakeholder management process can guarantee the “social license to operate”: mapping the political strategies of the food industry in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. suppl 1, p. e00085220, 2021.
- MONTEIRO, C. A. The UN decade of nutrition, the NOVA food classification and the trouble with ultra-processing. *Public Health Nutrition*, v. 21, n. 1, p. 5-17, jan. 2018.
- MOORE, K. *et al.* Home and work neighbourhood environments in relation to body mass index: the Multi-Ethnic Study of Atherosclerosis (MESA). *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 67, n. 10, p. 846-53, out. 2013.
- MOORE, L. V.; DIEZ ROUX, A. V. Associations of neighborhood characteristics with the location and type of food stores. *American Journal of Public Health*, v. 96, n. 2, p. 325-31, fev. 2006.
- MORLAND, K. *et al.* Neighborhood characteristics associated with the location of food stores and food service places. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 22, n. 1, p. 23-9, jan. 2002.

- MOUBARAC, J.-C. *et al.* Food classification systems based on food processing: significance and implications for policies and actions: a systematic literature review and assessment. *Current Obesity Reports*, v. 3, n. 2, p. 256-72, 1 jun. 2014.
- NESTLE, M. *Unsavoury truth: how food companies skew the science of what we eat*. 1st ed. Nova Iorque: Basic Books, 2018.
- NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. *As novas ordens alimentares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- ORTIGOZA, S. A. G. *O tempo e o espaço da alimentação no centro da metrópole paulista*. 2001. 208 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. Disponível em: http://www1.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/2002/o_tempo.pdf. Acesso em 20 abr. 2023.
- PATEL, R. *Stuffed and starved: the hidden battle for the world food system*. 2nd ed. Nova Iorque: Melville House Pub, 2012.
- POLLAN, M. *The omnivore's dilemma: a natural history of four meals*. Nova Iorque: Penguin Press, 2006.
- RAMIREZ-RUBIO, O. *et al.* Urban health: an example of a “health in all policies” approach in the context of SDGs implementation. *Globalization and Health*, v. 15, n. 1, p. 87, 18 dez. 2019.
- ROBERTSON, T. *et al.* Socio-economic patterning of food and drink advertising at public transport stops in Edinburgh, UK. *Public Health Nutrition*, v. 25, n. 5, p. 1131-39, maio 2022.
- ROSE, D.; RICHARDS, R. Food store access and household fruit and vegetable use among participants in the US Food Stamp Program. *Public Health Nutrition*, v. 7, n. 8, p. 1081-8, dez. 2004.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, p. v–vi, jun. 2007.
- RUNDLE, A. *et al.* Neighborhood food environment and walkability predict obesity in New York City. *Environmental Health Perspectives*, v. 117, n. 3, p. 442-7, mar. 2009.
- RYDIN, Y. *et al.* Shaping cities for health: complexity and the planning of urban environments in the 21st century. *The Lancet*, v. 379, n. 9831, p. 2079-2108, 2 jun. 2012.
- SAINSBURY, E.; COLAGIURI, S.; MAGNUSSON, R. An audit of food and beverage advertising on the Sydney metropolitan train network: regulation and policy implications. *BMC Public Health*, v. 17, n. 1, p. 490, 22 maio 2017.
- SCRINIS, Gyorgy. *Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional*. São Paulo: Elefante, 2021.
- SETTLE, P. J.; CAMERON, A. J.; THORNTON, L. E. Socioeconomic differences in outdoor food advertising at public transit stops across Melbourne suburbs. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, v. 38, n. 5, p. 414-8, out. 2014.

- STUCKLER, D.; NESTLE, M. Big food, food systems, and global health. *PLOS Medicine*, v. 9, n. 6, p. e1001242, 19 jun. 2012.
- SWINBURN, B.; EGGER, G. Preventive strategies against weight gain and obesity. *Obesity Reviews: an Official Journal of the International Association for the Study of Obesity*, v. 3, p. 289-301, 1 dez. 2002.
- VRADIS, A.; BARTHOLL, T.; FILIPPIDIS, C. *Favela, resistência e a luta pela soberania alimentar*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- WILKINSON, J. *O sistema agroalimentar global e brasileiro face à nova fronteira tecnológica e às novas dinâmicas geopolíticas e de demanda*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52363>. Acesso em: 15 abr.2023.
- ZIEGLER, J. *Destrução em massa – geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez, 2013.